

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.659 - SP (2018/0340129-2)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**AGRAVANTE : AMILTON FARIAS DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**EMENTA**

**PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. CONTUMÁCIA DELITIVA. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de **AMILTON FARIAS DOS SANTOS** manejado contra a decisão que inadmitiu o recurso especial interposto perante o eg. **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**.

O **juízo singular** de primeiro proferiu em favor do agravante sentença absolutória imprópria, nos termos do artigo 386, inciso VI, do Código de Processo Penal, impondo, contudo, tratamento ambulatorial pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 8 (oito) anos (fl. 337).

Irresignada, a defesa interpôs apelação, com vistas à reforma da sentença de primeiro grau. No Tribunal de origem, o recurso foi parcialmente provido para redimensionar a medida de tratamento ambulatorial para 1 (um) ano (fls. 337-349).

No **recurso especial**, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, a defesa alega ofensa ao artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal, aos argumentos de que: “[e]mbora se possa considerar formalmente típica, tal conduta não preenche o conteúdo material do referido tipo penal, porquanto ausente justa causa para o exercício da ação penal, ante o pequeno valor do objeto e a concorrência de outros fatores determinantes para a tentativa da infração (...) [c]onforme restou

*demonstrado nos autos, o Recorrente possui retardo mental moderado, sendo que a causa de aumento, a circunstância qualificadora e até mesmo a tentativa de furto decorrem de um episódio de surto, fruto de seu distúrbio mental” (fl. 359).*

Contrarrazões às fls. 369-377.

O recurso especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem em razão do óbice da **Súmula 83 do STJ** (fls. 379-383).

Nas razões do presente agravo, a parte alega que não incide o referido óbice (fls. 385-391).

O Ministério Público Federal opinou pelo **não provimento do agravo** (fls. 411-412).

É o relatório.

**Decido.**

Tendo em vista os relevantes fundamentos apontados pela parte agravante, **conheço do agravo e passo a examinar os requisitos do recurso especial.**

Busca a parte recorrente, em síntese, nas suas razões recursais, seja aplicado o princípio da insignificância.

O Tribunal de origem, ao analisar a matéria, fez constar o seguinte, confira-se:

*“Do mérito*

*A defesa pleiteou a absolvição do réu mediante a aplicação do princípio da insignificância, sustentando inexpressiva lesão ao bem jurídico tutelado, em razão do valor irrisório do bem e pelo fato da restituição à Caixa Econômica Federal.*

*Não lhe assiste razão.*

*Reafirme-se que a sua aplicabilidade restringe-se às hipóteses em que as circunstâncias cumulativas especificadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento no HC nº 84.412/SP estão presentes, quais sejam: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; d) a inexpressividade da lesão jurídica.*

*Outrossim, tem sido pacífico no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que reiteração delitiva é fator impeditivo para o princípio da bagatela (cf. STJ, EAREsp 221,999/RS; EREsp 1,483.746/MG).*

*No presente caso, há nos autos registro de outros apontamentos criminais na folha de antecedentes do réu pela prática de crimes de furto (fls. 16, 20/22, 31, 33 e 35 todas do Apenso), sem trânsito em julgado, reveladores da habitualidade delitiva.*

*Ademais, o grau de reprovabilidade do comportamento do acusado não pode ser considerado reduzido, o que inviabiliza o reconhecimento da atipicidade material dos fatos.*

*Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: (...) O crime de furto foi qualificado pelo rompimento de obstáculo, circunstância concreta desabonadora, a qual, nos termos do entendimento consolidado neste Tribunal Superior, mostra-se suficiente para impedir a aplicação do princípio da insignificância. (HC 201702774387, RIBEIRO DANTAS, STJ - QUINTA TURMA, DJE DATA: 16/02/2018 ..DTPB:.)*

*Dessa forma, não há que se falar em aplicação do princípio da insignificância” (fls. 344-345)*

A jurisprudência assente desta Corte Superior é no sentido de que nos casos em que o agente possui comportamento habitualmente voltado à prática criminoso referida circunstância indica reprovabilidade da conduta suficiente ao afastamento da incidência do princípio da insignificância, razão pela qual não se sustenta a alegação defensiva de vulneração do art. 155 do Código Penal, e o pedido de reforma do acórdão recorrido para absolver o recorrente por ausência de tipicidade material da conduta praticada.

Sobre o tema, colaciono os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça:

**PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. HABITUALIDADE DELITIVA. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

**1. A jurisprudência desta Quinta Turma reconhece que o princípio da insignificância não tem aplicabilidade em casos de reiteração da conduta delitiva, salvo excepcionalmente, quando as instâncias ordinárias entenderem ser tal medida recomendável diante das circunstâncias concretas do caso, o que não se infere na hipótese em apreço, máxime por se tratar de réu contumaz na prática de crimes contra o patrimônio. Precedentes.**

**2. Inviabiliza-se o reconhecimento do crime**

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

*bagatelar, porquanto o crime de furto foi qualificado pelo rompimento de obstáculo, circunstância concreta desabonadora, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior.*

*3. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 1137816/MS, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, DJe 11/10/2017, grifei)

**PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 386, III, DO CPP. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. FURTO QUALIFICADO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. REITERAÇÃO DELITIVA. VALOR DO BEM QUE NÃO É ÍNFIMO. ACÓRDÃO RECORRIDO DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 568/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

*1. A Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento dos EAREsp nº 221.999/RS, firmou "a orientação no sentido de que a reiteração criminosa inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, as instâncias ordinárias verificarem que a medida é socialmente recomendável".*

*2. Nos termos da jurisprudência pacífica deste Tribunal Superior a prática do delito de furto qualificado por escalada, arrombamento, rompimento de obstáculo ou concurso de agentes, indica a especial reprovabilidade do comportamento e afasta a aplicação do princípio da insignificância.*

*3. Consoante entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, não pode ser considerada insignificante a subtração de uma bicicleta, um ventilador e uma faca, avaliados em R\$110,00 (cento e dez reais), correspondente à época dos fatos, 25.12.2015, a mais de 13% do salário mínimo vigente, que perfazia R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), mormente quando constatada a habitualidade delitiva e a prática do crime na sua forma qualificada.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no AREsp 1204004/MS, **Sexta Turma**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 08/03/2018, grifei)

Dessa forma, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal a **quo** em conformidade com o entendimento desta Corte de Justiça quanto ao tema, incide, no caso o enunciado da Súmula n. 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar

*provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."*

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, inciso II, **b**, do Regimento Interno do STJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer  
Relator

